



destaques do mês

Governo acelera concessão de aeroportos

O Governo Federal pretende definir até julho o modelo que será adotado para construção e operação dos novos terminais dos aeroportos de Guarulhos/SP, Viracopos/SP, Brasília/DF, Confins/MG e Galeão/RJ em parceria com a iniciativa privada. Entre os modelos que poderão ser adotados, segundo o Presidente da Infraero, Gustavo do Vale, estão a concessão integral e a Parceria Público-Privada (PPP). A expectativa é de que todos os editais sejam publicados até o fim do ano. Na concessão integral, a iniciativa privada passaria a administrar o serviço público por um determinado período e sob condições por ele controladas, incluindo qualidade do serviço e tarifas. Neste caso, o governo tem a experiência do aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN, cujo edital do leilão deverá sair ainda em maio. O processo levou um ano e meio. Já nas PPPs, os setores público e privado realizam investimentos em parceria. Os riscos são compartilhados. Ainda existe a opção pela PPP administrativa, contrato de prestação de serviços em que a administração pública é usuária direta ou indireta. (04.05.2011 – Valor)

Aeroportos brasileiros estão entre os mais lotados do mundo

O descompasso entre investimento e demanda colocou os aeroportos brasileiros na lista dos mais lotados do mundo. Nos últimos sete anos, com o avanço da economia e do acesso da classe média ao transporte aéreo, o movimento de passageiros nos terminais saltou 116%. Enquanto isso, o Governo Federal conseguiu investir apenas 43% do volume destinado ao setor, de um total de R\$ 6,7 bilhões. Na média, os aeroportos nacionais têm 15% mais passageiros por metro quadrado do que os da Europa; 29% mais que os dos Estados Unidos; e 35% mais que os da Ásia, conforme dados da Coppe/UFRJ em estudo preparado em parceria com o Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea). Até a Copa de 2014, quando a expectativa de crescimento da demanda deve alcançar 50%, essas diferenças podem se ampliar. Hoje, o Brasil tem 165 pessoas/ano por m². Em 2014 serão 171 pessoas/ano por m². Entre os 16 aeroportos das cidades que vão abrigar os jogos da Copa do Mundo, o mais lotado é o de Cuiabá/MT. São 391 passageiros/ano por m². Em seguida, está o Aeroporto de Congonhas/SP, com 300 passageiros/ano por m². A situação do terminal paulistano deve se deteriorar até a realização do evento esportivo em 2014, apesar dos investimentos previstos. A expectativa é que o número de passageiros suba para 342 passageiros/ano por m² (01.05.2011 – Estado de São Paulo)

painel

■ 11ª Rodada de Licitações da ANP terá 174 blocos em nove bacias sedimentares

A ANP realizará no segundo semestre deste ano a 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios. A Margem Equatorial Brasileira será o destaque da rodada com cinco das nove bacias. Serão licitados 174 blocos (87 em mar, 87 em terra), divididos em 17 setores em nove bacias sedimentares. Mais informações no site: www.anp.gov.br

■ Petrobras cancela a licitação para aluguel de sondas

Diante do preço excessivo apresentado pelos concorrentes, a Petrobras decidiu cancelar o processo de licitação para a contratação de quatro sondas de perfuração que seriam utilizadas na exploração de poços do pré-sal. Não há uma nova data para a reabertura da concorrência para as sondas.

TCU aponta atrasos nas obras para a Copa de 2014

O Tribunal de Contas da União (TCU) traçou um quadro preocupante das obras para Copa do Mundo de futebol de 2014. De um total de R\$ 1,9 bilhão em financiamento do BNDES já contratados para a construção de estádios, segundo o TCU, apenas R\$ 6 milhões foram liberados até agora. Nenhuma obra de melhoria e ampliação dos portos das sete cidades-sede da Copa foi iniciada, enquanto que a reforma e ampliação de oito aeroportos estão apenas no papel. O mais grave, no entanto, é a situação dos projetos de mobilidade urbana: dezessete projetos não foram sequer iniciados. Quanto aos estádios, o TCU já encontrou indícios de irregularidades na contratação da parceria público-privada (PPP) da Arena das Dunas, em Natal (RN); sobre-preço de R\$ 71,2 milhões no estádio de Manaus (AM); e “pontos críticos no contrato” de Pernambuco, como “uso de expressões subjetivas” e “transferência ao poder público de riscos financeiro e cambial”. O TCU segue analisando processos de outros estádios. No próximo mês, o Governo do Rio de Janeiro deve entregar ao órgão do Governo o projeto executivo e as planilhas orçamentárias do Maracanã. Para os estádios de Natal, Manaus, Cuiabá e Brasília, foi encontrado “risco de rentabilidade”. Dos projetos de mobilidade urbana, apenas 34% estariam compatíveis com o programado - 54% estariam com data do início reprogramada e 12%, atrasados. De acordo com o TCU, as obras de mobilidade urbana mais problemáticas estão em São Paulo, Manaus, Recife, Fortaleza e Brasília (23.02.2011 – Elaboração própria com dados do Valor e Agência Estado)

Justiça libera linhas de transmissão de Jirau e Santo Antonio

A Justiça Federal em Rondônia decidiu que as linhas de transmissão das usinas de Jirau e Santo Antônio poderão ser implantadas. O juiz da 5ª Vara Federal de Porto Velho, Herculano Nacif, negou liminar pedida pelo Ministério Público Federal em Rondônia e pelo Ministério Público do Estado. A ação civil pública, ajuizada em fevereiro, contestava o fato de os empreendedores da obra não observarem uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que determinava a publicidade dos estudos e relatórios de impacto ambiental para permitir a manifestação da sociedade civil em audiências públicas. Segundo o Ministério Público, o processo de licenciamento das linhas de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2 foi publicado apenas no Diário Oficial da União, quando deveria ter sido divulgado nas mais de 100 cidades atingidas pelo projeto. De acordo com a decisão, não é razoável que se exija do órgão ambiental licenciador a divulgação dos editais, na imprensa, de cada um dos 107 municípios afetados e que o fato de os editais terem saído no “site” do IBAMA já garantem a ampla publicidade. O juiz afirmou ainda que as usinas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio são obras de grande porte e de grande importância para a economia nacional, que já passaram por diversas demandas judiciais. (28.02.2011 – Estado de São Paulo)

ANTT diz que vai recorrer de revisão de taxas de concessões

O Presidente da ANTT, Bernardo Figueiredo, antecipou que recorrerá da decisão do TCU, caso o Tribunal determine a revisão das taxas de retorno previstas nos primeiros contratos de concessão de rodovias federais. Figueiredo entende que a redução das taxas de remuneração das concessionárias, entre 17% e 24% acima da inflação, não estava prevista nos contratos e, portanto, representaria uma "quebra" dos contratos. O relatório do Ministro Walton Alencar Rodrigues, cuja votação está suspensa, determina a revisão das taxas de retorno das concessionárias em 120 dias. Ao mesmo tempo em que defende a manutenção dos contratos, o Presidente da ANTT se apresentou como crítico do modelo das primeiras concessões de rodovias federais, feitas nos anos 90. Entre os problemas, ele mencionou pedágios com preços muito altos, em parte decorrentes de subsídios a motoristas que não pagam por não passarem por praça de pagamento, e também a qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias. Duas das principais concessões questionadas, a Nova Dutra e a Ponte Rio-Niterói, teriam, segundo ele, notas baixas na classificação de qualidade. (04.05.2011 – Estado de São Paulo)

Governo pressiona para aprovar encargo sobre energia elétrica

O Governo Federal decidiu pressionar pela aprovação da Medida Provisória 517, que prevê a prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR), cobrada na tarifa de energia elétrica. Para evitar mais desdobramentos sobre o assunto, foi cancelada a audiência pública que discutiria, na Comissão de Minas e Energia, a prorrogação do encargo por 25 anos. A MP deve entrar na pauta de votação na segunda semana de maio. A audiência tinha presença garantida de executivos de grandes companhias e representantes do setor elétrico. O objetivo era mostrar para a sociedade o quanto a incidência desse encargo na conta de luz é danosa para a competitividade do País e para o bolso do consumidor. A RGR existe desde 1957 e deveria ter sido extinta em 31 de dezembro do ano passado. Mas pode continuar por mais 25 anos como planeja o Governo Federal. Hoje os recursos recolhidos podem ser usados para uma série de atividades, como a universalização dos serviços de energia e financiamentos de projetos de geração e transmissão - cerca de 66% dos empréstimos foram feitos para subsidiárias e controladas da Eletrobrás, gestora do fundo RGR. Mas boa parte do dinheiro é destinado ao fundo do Banco do Brasil e computado no superávit do Governo Federal. Somando os recursos parados no Banco do Brasil e créditos concedidos ao mercado, a RGR conta com mais de R\$ 15 bilhões. Além da RGR, a MP 517 também tenta prolongar o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que também é cobrado na conta de luz. (04.05.11 – Valor Econômico)

Gasoduto eleva oferta de gás no Sudeste

Depois de um atraso de 15 meses e um investimento de R\$ 2 bilhões, o Gastau (Gasoduto Caraguatatuba/Taubaté), uma das mais importantes obras de infraestrutura para a ampliação da oferta de gás natural no Sudeste, começou a escoar parte da produção da bacia de Santos. Até dezembro, a estatal deverá transportar de 10 a 13 milhões de m³/dia. A estrutura se conectará ao gasoduto Campinas-Rio. Segundo a Diretora de Gás e Energia da estatal, Graça Foster, os dutos estarão ocupados com 100% da capacidade em 2012. O Gastau permitirá o transporte de 20 milhões de m³/dia dos campos do pós e do pré-sal, como o megacampo de Mexilhão e de Lula. (13.04.2011 – Folha de São Paulo)

Quase metade dos motoristas brasileiros enfrenta congestionamento todos os dias, diz IPEA

Pesquisa do IPEA sobre a percepção da mobilidade urbana mostra que quase metade dos motoristas de carro no Brasil enfrentam congestionamentos todos os dias. Segundo o levantamento, mais de 40% dos usuários de carros são obrigados a enfrentar um ou mais congestionamentos diariamente, e quase 10% dos motoristas lidam com a lentidão no tráfego com frequência semanal. Um pouco mais de 30% dos motoristas nunca enfrentam congestionamentos. Apesar de ter a pior avaliação, o transporte público é o meio de locomoção mais utilizado nas regiões metropolitanas, sendo a opção principal de 60% da população, contra 23% do carro, 7% da moto, 3% da bicicleta. Os restantes 7% da população costuma se locomover a pé. (04.05.2011 – Folha de São Paulo)

Proposta pelo fim da chamada guerra dos portos

A Presidente Dilma Rousseff vai propor aos governadores compensações financeiras, como por exemplo, obras do PAC, em troca do fim da chamada guerra dos portos. A idéia é compensar as perdas de investimentos que alguns Estados terão com a extinção de incentivos que reduzem ou isentam a cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de produtos importados. Além de acabar com a "guerra dos portos", promovida por Estados que reduzem a alíquota de ICMS de produtos importados, o Planalto vai propor a unificação e a simplificação de toda legislação do imposto. A proposta do Governo reduz a alíquota geral do ICMS nas operações interestaduais de 12% para 8% em 2012. Em 2013, cairia para 4%, ficando em 2% em 2014. Os Estados sinalizam que o melhor seria fazer uma redução gradativa até 4%, que valeria para produtos importados e nacionais. Com essa nova regra, os Estados não poderiam mais conceder incentivos nas importações por meio de seus portos. (04.05.2011 – Folha de São Paulo)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de março de 2011 até 31 de dezembro de 2015

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	913	3.633	2.208	505	795	8.054
Otimista	1.540	3.750	2.208	1.167	1.396	10.061

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	2.338	531	360	0	1.350	4.579
Otimista	2.628	1.593	5.663	0	1.400	11.284

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	1.745	924	49	27	0	2.745
Otimista	2.854	3.133	651	143	173	6.954

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	4.996	5.088	2.617	533	2.145	15.378
Otimista	7.023	8.475	8.522	1.310	2.969	28.299

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

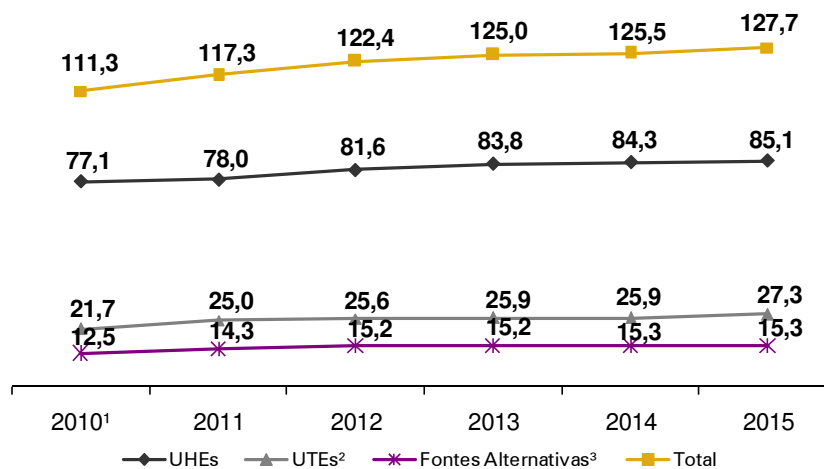
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 1,7% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2015.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 28 mil MW no período 2011-2015. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 3,3% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

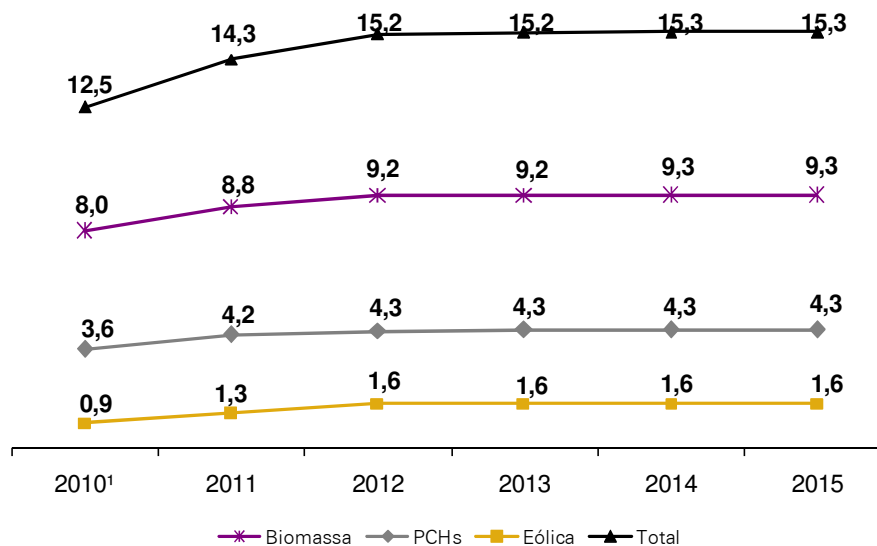
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2010.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2010.

Entre 2010 e 2015, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 10% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento das usinas térmicas (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 26% no mesmo período.

Em 2010, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2015 deverão representar 67%. A participação na capacidade total instalada das UTES deve aumentar de 20% para 21%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve manter-se em 7% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve também permanecer em torno de 3% em 2015.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2015, deve ser de 1,3%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2011, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 5,4% e 4,5%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2015, nove apresentam restrições para a contratação de 2.008 MW: Belo Monte (PA), Colider (MT), Dardanelos (MT), Ferreira Gomes (AP), Garibaldi (SC), Mauá (PR), Rondo II (RO), Santo Antônio (AP/PA) e São Domingos (MS). No cenário conservador, 8,1 mil MW devem entrar em operação até 2015.

A UHE de Jirau tem previsão para entrar em operação, tanto no cenário otimista quanto no conservador, a partir do ano de 2012 (1.950 MW).

A UHE de Santo Antônio tampouco apresenta restrições e, de acordo com o Relatório da Aneel, a entrada em operação foi antecipada para 2011, com os primeiros 70 MW.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade instalada prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 11,3 mil MW até 2015, apenas 5 mil MW (41%) não apresentam restrição ao andamento dos projetos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas (F.A.)

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 716 MW de potência adicional até 2014. Desse total, 98 MW (14%) correspondem à potência de 6 usinas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Já no cenário otimista, até 2014, devem entrar em operação 1,4 mil MW, sendo 131 MW (9%) equivalentes às usinas do PROINFA.

As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1.3 mil MW até 2014. No cenário otimista, a

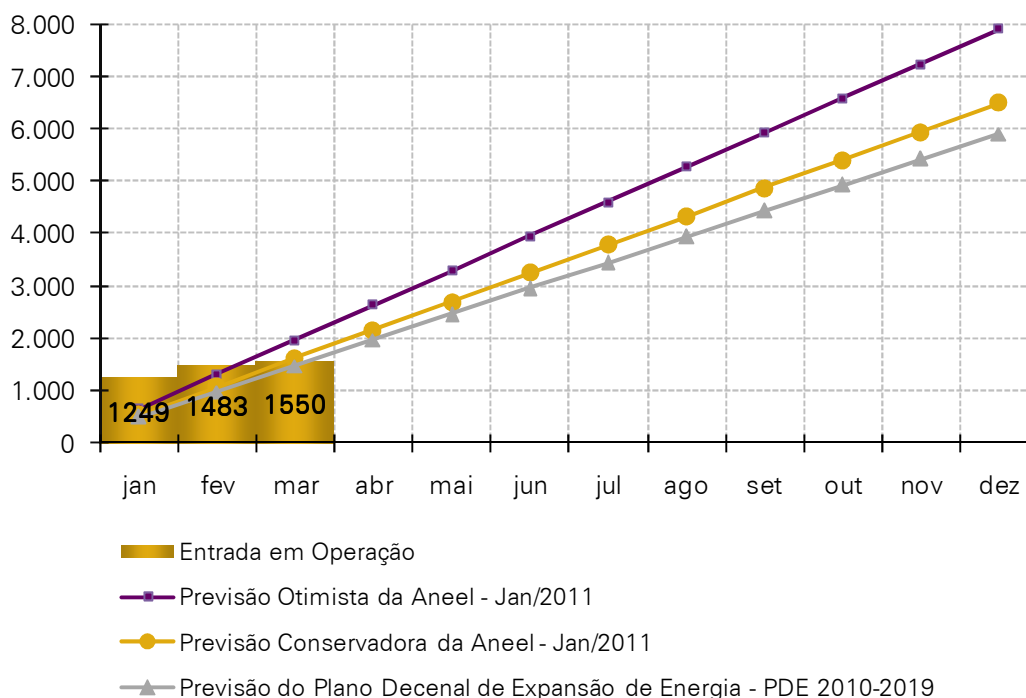
contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 2,8 mil MW até 2015. As 6 usinas à biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 715 MW até 2012, sendo 297 MW (42%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista para o período de 2010 a 2013, espera-se um incremento de 2,7 mil MW. Destas, 533 MW (19%) são integrantes do PROINFA.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora em operação para que a previsão seja atingida.

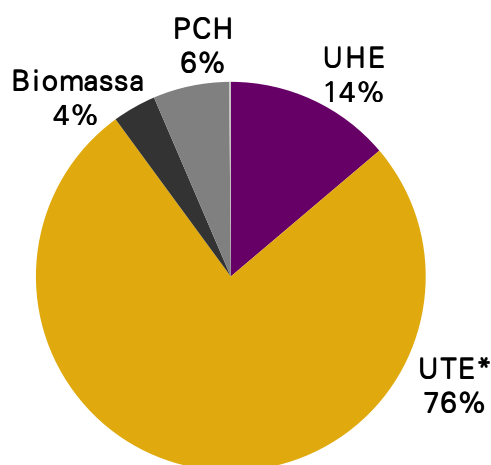
Expansão da Capacidade de Geração em 2011 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2011, até 15 de março, entraram em operação 1550 MW. Desse total, as UTEs representaram 76% da potência total instalada. As UHEs representaram 14% da potência total instalada, no período, com a entrada em operação de 213 MW.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (MW) De 1º de janeiro a 15 de março de 2011



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em fevereiro de 2011, 35.358 GWh, apresentando crescimento de 4% em relação a fevereiro de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 5%.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Fevereiro 2010	Fevereiro 2011	Var. %	Jan-Fev 2010	Jan-Fev 2011	Var. %
Residencial	8.934	9.427	6	18.171	19.261	6
Industrial	14.438	14.628	1	28.210	29.260	4
Comercial	5.871	6.335	8	11.747	12.589	7
Outras	4.823	4.968	3	9.655	10.059	4
Total	34.066	35.358	4	67.783	71.169	5

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Em 2011, até fevereiro, o consumo pelo setor industrial foi 4% superior ao apresentado em 2010. A região Nordeste foi a única do País a obter resultado negativo no mês de março (-3,7%), em razão do desligamento de uma indústria de alumínio na Bahia

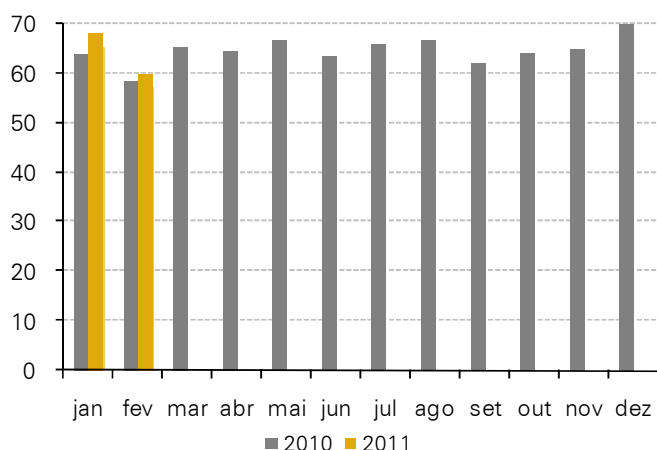
2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de fevereiro de 2011 foi de 60 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), apresentando aumento de 2% em relação a fevereiro do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi de 4% em comparação a 2010.

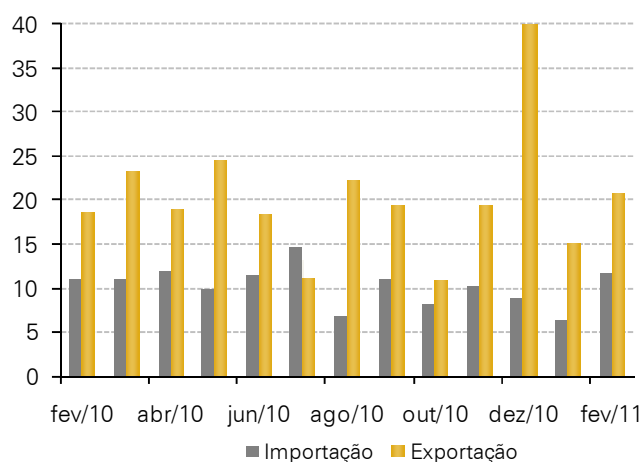
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em fevereiro de 2011, foi de 52 milhões bep. Esse Volume foi 2% superior ao observado em fevereiro de 2010, crescimento similar ao observado no volume processado no acumulado de 2011 quando comparado ao mesmo período de 2010.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)

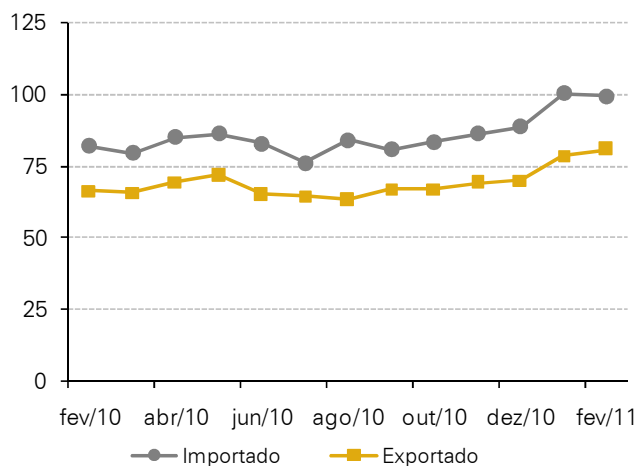


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em fevereiro de 2011, foi de 21 milhões bep, valor 12% superior ao exportado em fevereiro de 2010. No acumulado do ano, esse aumento foi 5% superior em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo País, em fevereiro de 2011, foi de US\$ 99,04/barril, valor 21% superior ao observado em fevereiro de 2010.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

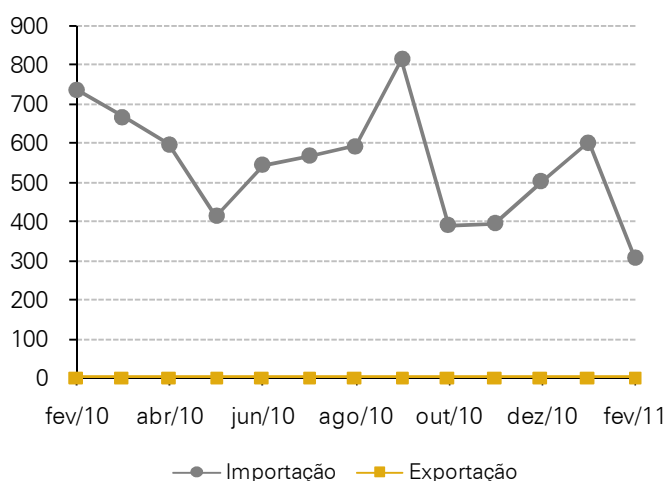


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

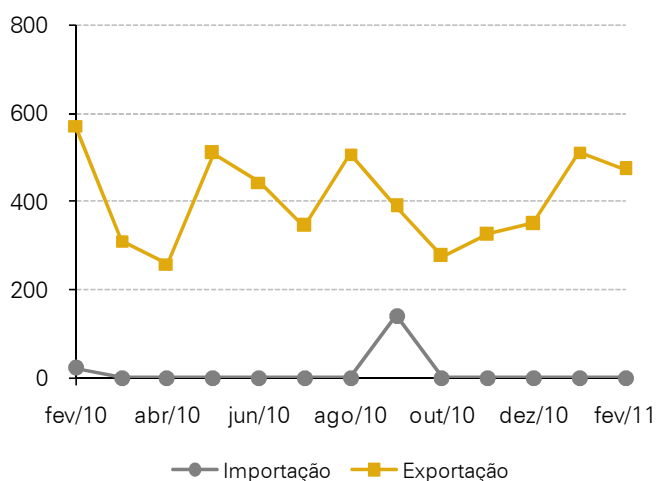
Em fevereiro de 2011, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 52 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), valor 6% superior ao produzido em fevereiro de 2010. Até fevereiro de 2011, a produção apresentou aumento de 3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

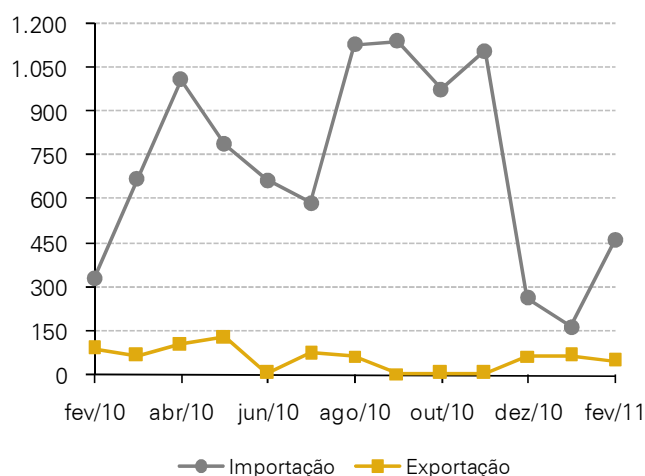


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em fevereiro de 2011, foi de 9 milhões bep, valor 20% inferior ao registrado em fevereiro do ano anterior. Até fevereiro, o volume de derivados importado foi 12% inferior ao observado no mesmo período do ano anterior

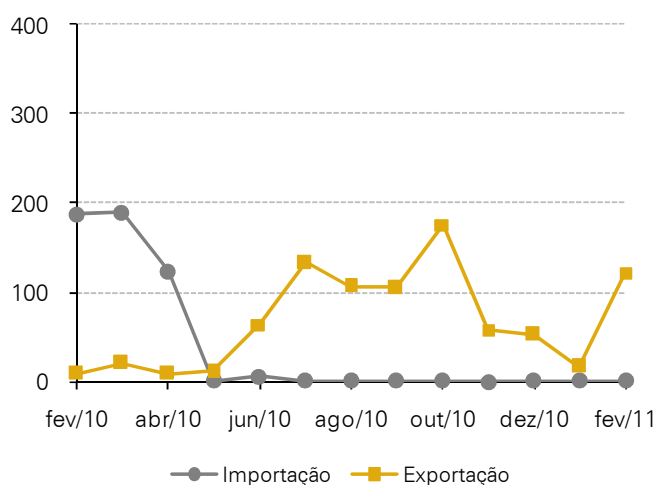
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em fevereiro de 2011 foi constatado um total de 9 milhões bep, o que representa um volume 10% superior ao mesmo mês de 2010. No acumulado do ano, esse volume foi 6% inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em fevereiro de 2011, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 17% na balança comercial de petróleo e derivados. Esse resultado deveu-se, principalmente, à importação líquida negativa de petróleo verificada naquele mês (ou seja, exportação superior à importação). No acumulado do ano, a dependência externa foi negativa, no valor de 15%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	fev/2010	jan-fev 2010	fev/2011	jan-fev 2011
Produção de Petróleo (a)	58	123	60	128
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-8	-15	-9	-18
Imp. Líq. de Derivados (c)	4	3	1	2
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	54	110	51	112
Dependência Externa (e)=(d-a)	-4	-12	-9	-16
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-7	-11	-17	-15

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em fevereiro de 2011, apresentou saldo positivo de US\$ FOB 461 milhões. Ou seja, o Brasil exportou US\$ FOB 461 milhões a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ FOB 3 milhões.

No acumulado do ano a balança apresentou saldo positivo de US\$ FOB 856 milhões.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	fev/10	jan-fev/2010	fev/11	jan-fev/2011
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.234	2.248	1.678	2.866
Dispêndio com importação (b)	902	1.532	1.151	1.777
Balança Comercial (c)=(a-b)	332	716	527	1.089
Derivados				
Receita com exportação (d)	563	1.239	799	1.404
Dispêndio com importação (e)	892	1.574	865	1.636
Balança Comercial (f)=(d-e)	-329	-335	-66	-233
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.796	3.487	2.477	4.270
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.793	3.106	2.016	3.414
Balança Total (i)=(g)-(h)	3	381	461	856

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

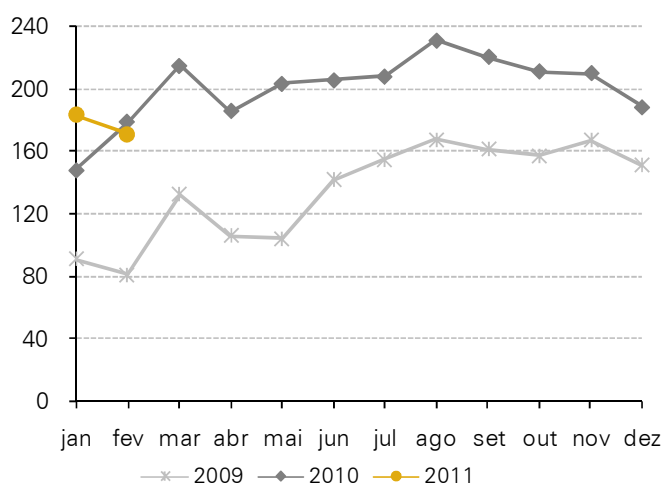
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em fevereiro de 2011, foi de 170 mil de m³, montante 4% inferior ao produzido em fevereiro de 2010.

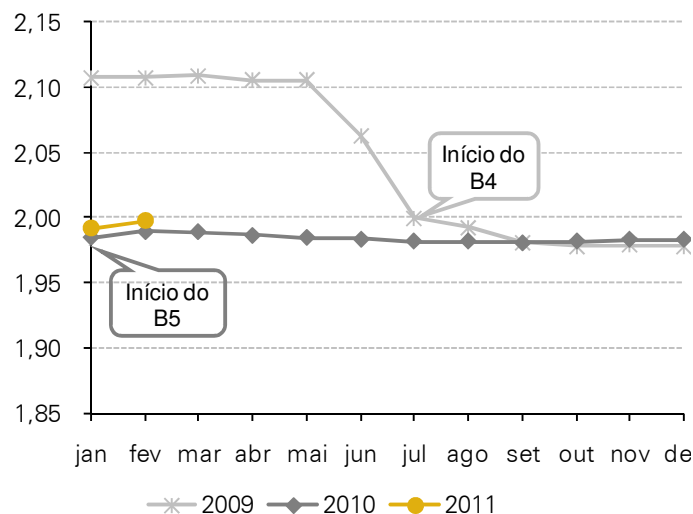
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em fevereiro de 2011, foi de R\$ 1,99/ ℓ, valor 0,4% superior observado em fevereiro de 2010.

**Produção de Biodiesel
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)***



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.
*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2010/2011 produziu, até o dia 1º de fevereiro de 2011, 27.153 mil m³ de álcool, sendo 19.296 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (71%). Em relação ao mesmo período da safra 2009/2010, houve um aumento de 5%.

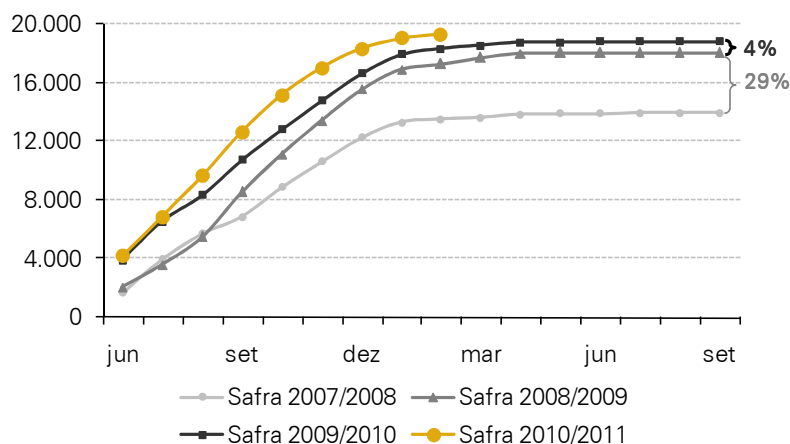
A produção total de álcool foi 8% superior em relação à safra anterior, puxada pelo volume 16% superior de álcool anidro produzido na safra 2010/2011.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2009/2010 (até 1º de fevereiro de 2010)	Safra 2010/2011 (até 1º de fevereiro de 2011)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	6.761	7.856	16
Álcool Hidratado (mil m ³)	18.358	19.296	5
Total Álcool (mil m³)	25.120	27.153	8
Açúcar (mil ton)	31.588	36.216	15

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



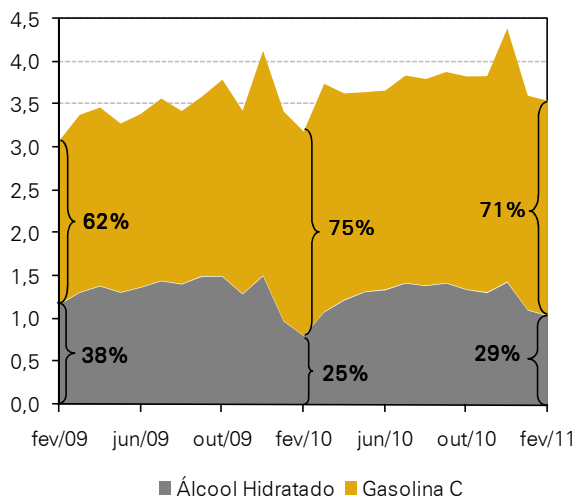
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

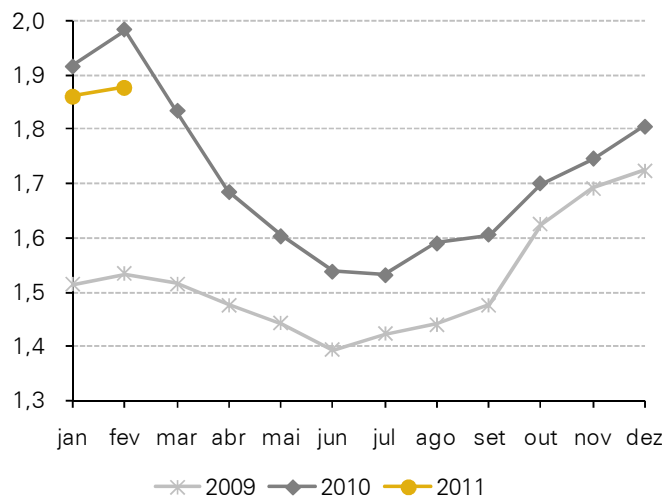
As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,04 milhão m³ em fevereiro de 2011. Esse número representa um aumento de 29% em relação a fevereiro de 2010. No acumulado do ano, as vendas foram 20% superiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

Em fevereiro de 2011, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 1,9/ℓ, valor 5% inferior ao registrado em fevereiro de 2010.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



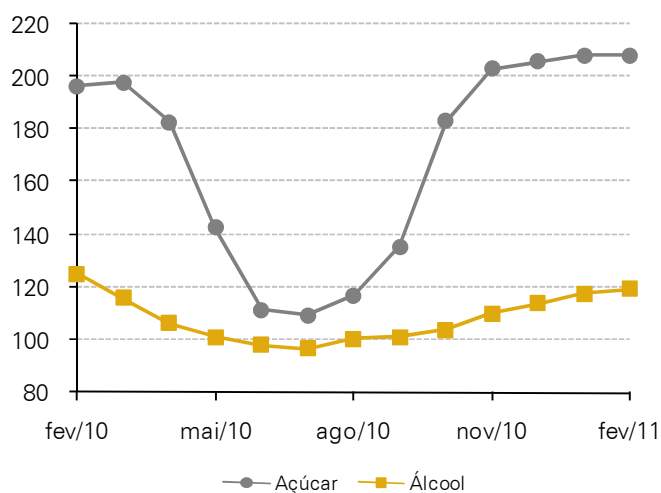
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em fevereiro de 2011, foi de 62.817 mil m³, representando um aumento de 4% comparado à média verificada em fevereiro de 2010. No acumulado do ano, esse valor foi 8% superior ao apresentado no mesmo período de 2010.

A importação de gás natural realizada pelo País em fevereiro de 2011 foi de 32.233 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 67.847 mil m³/dia. Este montante é 18% superior ao observado em fevereiro de 2010. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 19% superior quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 43% em fevereiro de 2011. Em fevereiro de 2010, essa proporção havia sido de 49%.

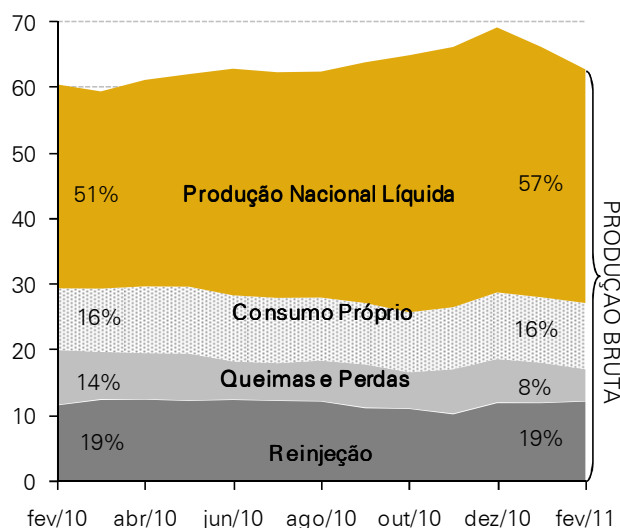
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em fev/2010	Média do período jan-fev 2010	Média em fev/2011	Média do período jan-fev 2011
Produção Nacional¹	60.528	59.541	62.817	64.537
- Reinjeção	11.662	12.221	12.245	12.126
- Queimas e Perdas	8.333	7.629	4.827	5.446
- Consumo Próprio	9.452	9.355	10.131	10.068
= Produção Nac. Líquida	31.081	30.336	35.614	36.897
+ Importação	26.339	23.780	32.233	27.545
= Oferta	57.421	54.116	67.847	64.442

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

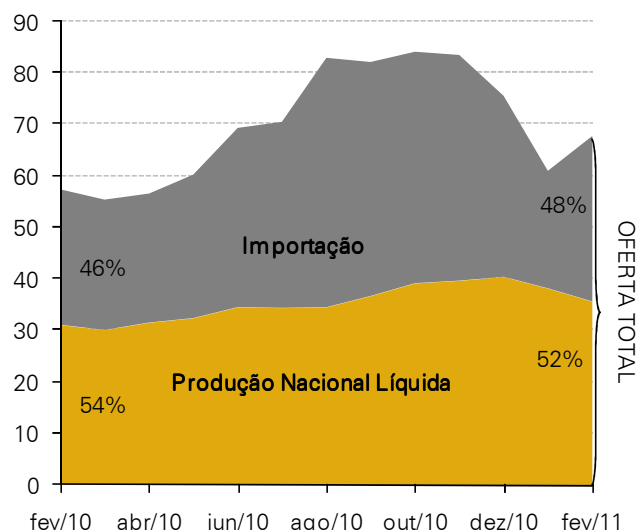
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em fevereiro de 2011 foi, em média, de 47 milhões de m³/dia. Essa média é 14% superior aos 41 milhões de m³/dia consumidos em fevereiro de 2010. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 16% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

O setor industrial, em fevereiro de 2011, consumiu 29 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa um aumento de 13% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A indústria foi responsável por 61% do volume total consumido em fevereiro de 2011.

No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 12% superior em relação ao mesmo período de 2010.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	fev/11	jan-fev/2011	fev-2011/ fev-2010	Acumulado do ano
Industrial	28.831	27.585	13	12
Automotivo	5.404	5.248	-5	-5
Residencial	591	613	8	9
Comercial	636	636	15	10
Geração Elétrica	8.045	7.132	41	79
Co-geração*	3.238	3.229	32	20
Outros	750	747	-29	-14
Total	47.496	45.189	14	16

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

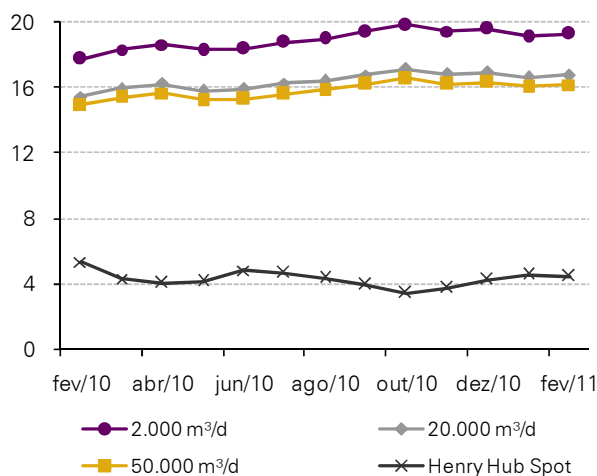
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em fevereiro de 2011, foi de US\$ 17,42/MMBtu, valor 9% superior ao apresentado em fevereiro de 2010 (US\$ 16,05/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em fevereiro de 2011, o preço médio ponderado do gás natural no mercado *spot* Henry Hub foi de US\$ 4,09/MMBtu, valor 23% inferior ao apresentado em fevereiro de 2010 (US\$ 5,32/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

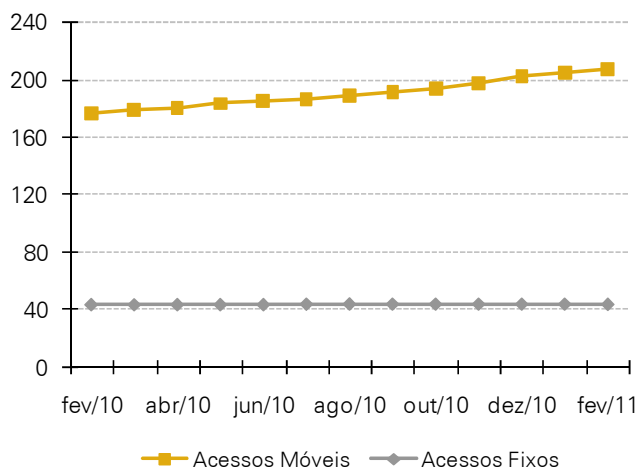
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em fevereiro de 2011, o número de acessos móveis em operação foi de 208 milhões, montante 17% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,3% ao mês.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em fevereiro de 2011, o número de acessos fixos foi de 44 milhões, montante 1% superior ao averiguado em fevereiro de 2010.

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Até o fechamento desta edição, a ANTAQ não havia homologado os dados de janeiro de 2011 para os portos de Santos (SP) e São Francisco do Sul (SC). Seguem as últimas informações disponíveis.

Em janeiro de 2011, a movimentação de granel sólido teve aumento de 22%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 4% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior nos portos selecionados (Santos/SP, Paranaguá/PR, Vila do Conde/PA, Itaqui/MA, S. Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS, Aratu/BA, Suape/PE).

A movimentação total de cargas nos portos selecionados, em janeiro de 2011, foi 10% superior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

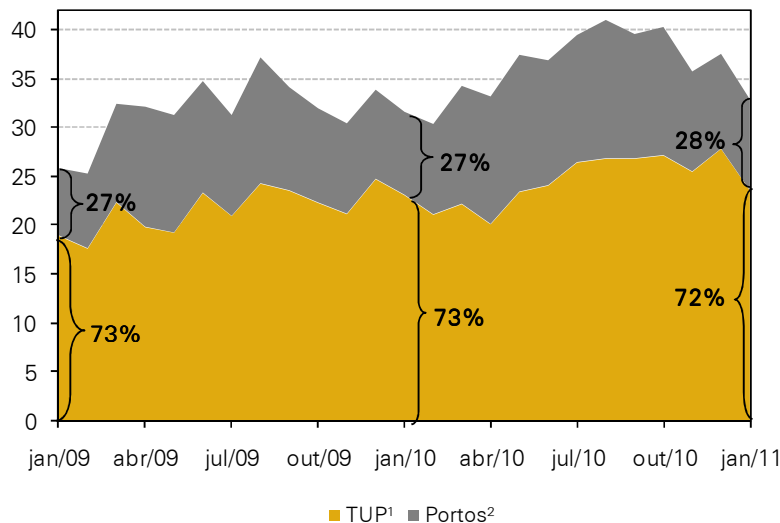
Movimentação em Portos Selecionados - por Natureza

	Granel sólido	jan-2011 /	Granel líquido	jan-2011 /	Contêiner	jan-2011 /
	jan-2011	jan-2010	jan-2011	jan-2010	jan-2011	jan-2010
	(mil t)	(%)	(mil t)	(%)	(TEU)	(%)
Santos (SP)	1.754	-10	1.103	3	216.766	14
Paranaguá (PR)	1.692	46	223	49	45.071	2
Vila do Conde (PA)	1.065	11	147	-30	2.663	145
Itaqui (MA)	410	66	398	-23	0	-
Rio Grande (RS)	451	169	233	-3	48.708	-11
São Francisco do Sul (SC)	227	79	0	-	9.129	-17
Aratu (BA)	223	87	208	-44	0	-
Suape (PE)	66	-34	415	57	30.274	42
Total	5.888	22	2.727	-4	352.611	9

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Em janeiro de 2011, os terminais de uso privativo (TUPs) representaram 72% da movimentação total dos portos e terminais selecionados. A movimentação total nos TUPs foi de 23.571 mil toneladas, volume 2% superior a janeiro de 2010. Cerca de 70% da movimentação dos TUPs refere-se a granéis sólidos. Os terminais de Ponta da Madeira e Tubarão foram responsáveis, em dezembro, por 36% e 29%, respectivamente, da movimentação total dos TUPs selecionados.

Movimentação Total de Cargas Terminais de Uso Privativo e Portos Seleccionados (milhões t)



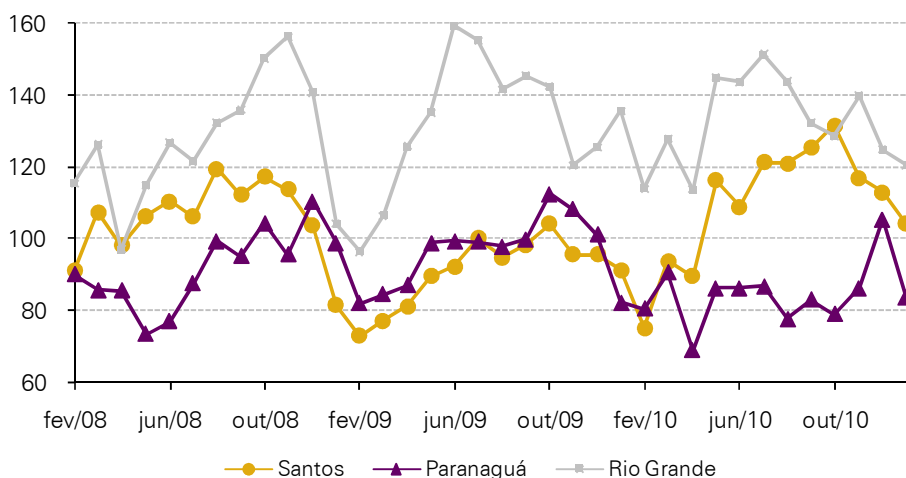
Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

¹ Ponta de Madeira/MA, Tubarão/ES, Almirante Barroso/SP, Porto de Trombetas/PA, Manaus/AM, Madre de Deus/BA

² Santos/SP, Paranaguá/PR, Vila do Conde/PA, Rio Grande/RS, Itaquí/MA, Suape/PE, São Francisco do Sul/SC, Aratu/BA,

Em janeiro de 2011, a quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados do País (com exceção dos portos de Itaguaí/RJ e do Rio de Janeiro/RJ) foi de 439.789 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 13% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação de Contêineres (jan/08 = base 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

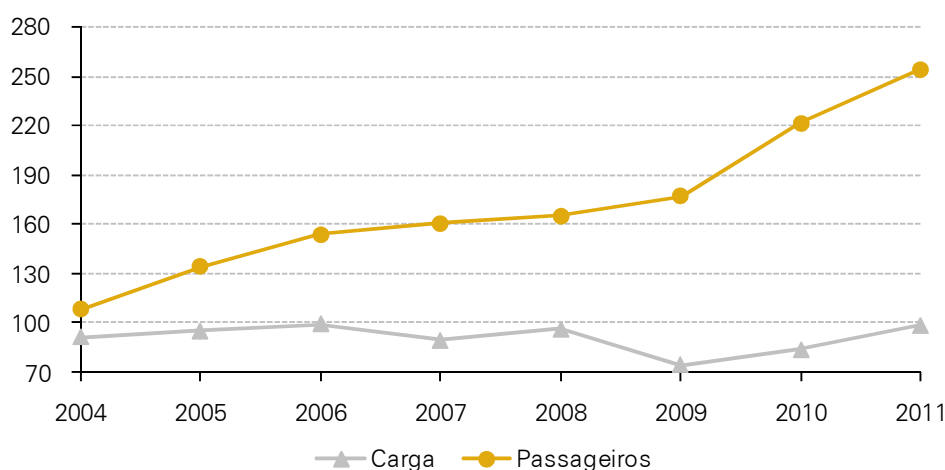
Em janeiro de 2011, o porto de Paranaguá apresentou crescimento de 2% na movimentação de contêineres em relação a janeiro de 2010. O porto de Rio Grande, em janeiro de 2011, apresentou queda de 6% na movimentação de contêiner em relação a janeiro de 2010. O porto de Santos apresentou aumento de 14%.

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Até o fechamento desta edição a Infraero não havia homologado os dados de movimentação de carga no aeroporto de Campinas para janeiro e fevereiro de 2011.

Em 2011, no período de janeiro a fevereiro, a movimentação de passageiros nos aeroportos da Infraero foi 13% superior à ocorrida no mesmo período de 2010. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros, com aumento mais significativo em 2010.

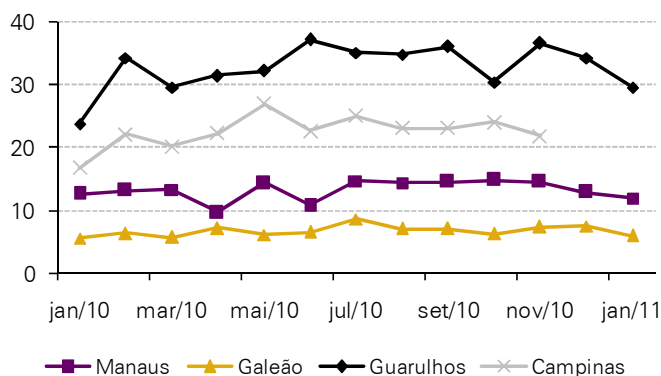
Movimentação de Cargas e Passageiros - janeiro a dezembro de cada ano (Ano base: 2003 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.
* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

A movimentação de carga aérea total no País, em fevereiro de 2011, desconsiderando o aeroporto de Campinas, foi de 75 mil toneladas, número 8% superior ao mesmo mês do ano anterior (sem considerar a movimentação ocorrida no aeroporto de Campinas).

Carga Aérea nos Principais Aeroportos (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.
* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

Em fevereiro de 2011, 12 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 10% superior ao observado em fevereiro de 2010. No acumulado do ano, a movimentação total de passageiros nos aeroportos gerenciados pela Infraero foi de 28.121, número 13% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Fev (mil)	Varição (%)	Fevereiro (mil)	Varição (%)
2003	11.342	-	5.293	-
2004	12.622	11	6.062	15
2005	14.919	18	6.793	12
2006	16.892	13	7.589	12
2007	18.009	7	8.301	9
2008	18.780	4	8.782	6
2009	19.213	2	8.508	-3
2010	24.931	30	11.547	36
2011	28.121	13	12.746	10

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.
* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a novembro de 2010, foi de 398 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 15% superior ao mesmo período de 2009. Nesse período, a produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (33%), seguida pela indústria siderúrgica (21%) e granéis minerais (19%). O minério de ferro correspondeu a 74% do total movimentado (296 milhões de TUs) no acumulado de janeiro a novembro de 2010.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Nov

Ano	2009	2010	Variação
Mercadoria	Jan-Novembro (mil TU)	Jan-Novembro (mil TU)	acum-10/ acum-09
Minério de Ferro	251.249	296.197	18%
Soja e Farelo de Soja	21.150	20.170	-5%
Indústria Siderúrgica	13.043	15.804	21%
Produção Agrícola (exceto soja)	12.903	17.214	33%
Carvão/Coque	9.782	11.366	16%
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	9.723	9.041	-7%
Granéis Minerais	8.138	9.695	19%
Indústria Cimenteira e Construção Civil	4.231	4.710	11%
Aubos e Fertilizantes	4.177	4.568	9%
Container	3.815	2.419	-37%
Extração Vegetal e Celulose	3.549	3.701	4%
Cimento	3.089	3.204	4%
Carga Geral - Não Containerizada	311	136	-56%
Total	345.161	398.226	15%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em fevereiro de 2011, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 48 milhões de toneladas, montante 5% superior ao averiguado em fevereiro do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	fev/2011	jan-fev/2011	fev-2011/ fev-2010	Acumulado do ano
Marítimo	44.972	89.414	4	7
Fluvial	1.273	2.275	27	19
Aéreo	148	239	81	19
Ferrovário	47	90	-30	-34
Rodoviário	808	1.627	7	2
Outros*	736	1.407	19	16
Total	47.985	95.053	5	7

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em fevereiro de 2011, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 3,5 bilhões, valor 34% superior ao valor aportado em fevereiro de 2010.

Desembolso mensal BNDES

Setor	fev/10 R\$ milhão	jan-fev/2010 R\$ milhão	fev/11 R\$ milhão	Participação %	jan-fev/2011 R\$ milhão	acum-11/acum-10 %
Refino e Álcool	156	221	118	3	363	64
Energia Elétrica e Gás Natural	711	1.012	1.431	41	1.725	70
Saneamento	17	63	77	2	153	143
Telecomunicações	21	69	21	1	53	-23
Transporte	1.736	4.063	1.883	53	4.611	13
<i>Aéreo</i>	14	25	90	-	107	332
<i>Aquaviário</i>	3	4	7	-	185	4.812
<i>Terrestre</i>	1.719	4.035	1.786	-	4.319	7
Total Infraestrutura	2.640	5.428	3.530	100	6.904	27

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2011 foi de, aproximadamente, R\$ 1,97 trilhão. Deste valor, aproximadamente R\$ 64 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 3% do orçamento total de 2011 ou 1,8% do PIB de 2010, que totalizou R\$ 3,675 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,1 bilhões, ou 27% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2011, foram empenhados, até o dia 30 de abril, R\$ 8,5 bilhões (13% do autorizado). O montante liquidado foi de R\$ 792 milhões. O pagamento realizado foi no valor de R\$ 681 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 11,1 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,1 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2011, R\$ 5 bilhões foram empenhados (29% do orçamento), R\$ 93 milhões foram liquidados e R\$ 70 milhões foram pagos até o dia 30 de abril. Os restos a pagar pagos somam R\$ 3,7 bilhões, o que resulta em um pagamento total de aproximadamente R\$ 3,8 bilhões.

Cerca de 77% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,1 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,6 bilhões, ou 15%) e hidroviário (apenas R\$ 456 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2011, cerca de R\$ 1,1 bilhão em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 8,6 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 9,5 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 48,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2011.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 19% foram pagos até 30 de abril (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 36% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2011, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 40,2 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 43% no Ministério das Cidades (R\$ 17,1 bilhões) e 38% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,3 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 15% do orçamento autorizado e liquidou 1%, até 30 de abril. O pagamento realizado foi de R\$ 241 milhões e os restos a pagar pagos somaram R\$ 7,3 bilhões, totalizando R\$ 7,6 bilhões pagos. Restam R\$ 25,7 bilhões em restos a pagar a pagar nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2011 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 30/04/2011*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	857	36	4	3	0	3	0	238	241	905
MAPA	1.212	3	0	0	0	0	0	176	176	1.166
MCT	1.185	189	16	54	5	14	1	170	183	859
MDIC	0	0	-	0	-	0	-	8	8	90
MME	191	5	3	0	0	0	0	21	21	20
M. Transportes	17.138	5.019	29	93	1	70	0	3.691	3.761	6.480
M. Comunicações	121	1	1	0	0	0	0	9	9	42
MMA	154	2	1	0	0	0	0	12	12	27
MDA	1.048	1	0	0	0	0	0	99	99	740
M. Defesa	7.010	936	13	93	1	81	1	1.428	1.510	2.360
M. Int. Nacional	4.685	456	10	315	7	291	6	589	880	5.454
M. das Cidades	7.615	363	5	27	0	25	0	771	796	9.566
Outros**	22.589	1.538	7	206	1	197	1	3.183	3.379	17.340
Total	63.804	8.549	13	792	1	681	1	10.394	11.076	45.048

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2011 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período – atualizados até 30/04/2011*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.591	1.137	44	48	2	44	2	255	299	1.009
Hidroviário	456	14	3	0	0	0	0	86	86	266
Portuário	14	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Rodoviário	13.140	3.833	29	45	0	26	0	3.308	3.334	4.908
Outros	937	36	4	0	0	0	0	42	43	290
Total	17.138	5.019	29	93	1	70	0	3.691	3.761	6.480

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2011

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período – atualizados até 30/04/2011* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	1.136	(1)	1.088	48
União	8.634	(50)	2.645	5.940

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período – atualizados até 30/04/2011* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	9.463	(427)	2.603	6.432
União	48.286	(1.429)	7.749	39.108

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2011 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 30/04/2011*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	944	21	2	0	0	0	0	218	218	618
M. Planejamento	223	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MCT	0	0	-	0	-	0	-	8	8	8
M. Fazenda	80	0	-	0	-	0	-	0	0	750
MEC	1.371	410	-	0	-	0	-	11	11	39
MME	350	0	-	0	-	0	-	0	0	0
M. Justiça	354	25	7	5	1	4	1	73	78	137
M. Saúde	1.606	1	0	0	0	0	0	134	134	2.816
M. Transportes	15.366	4.951	32	83	1	60	0	3.609	3.669	6.090
MMA	0	0	-	0	-	0	-	12	12	7
MDA	292	0	-	0	-	0	-	0	0	2
M. Defesa	0	12	-	0	-	0	-	84	84	340
M. Integr. Nacional	2.433	193	8	150	6	150	6	526	677	2.689
M. Cidades	17.147	373	2	29	0	27	0	2.641	2.668	12.184
Total	40.165	5.986	15	268	1	241	1	7.318	7.559	25.680

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 9 de maio de 2011.